

**A HISTÓRIA COMO MISSÃO: ALEXANDRE HERCULANO E O PROJETO
DA HISTÓRIA DE PORTUGAL (1842-1846)**

*Veronica Castanheira Machado*¹

Resumo: Este trabalho se propõe analisar a construção da obra de Alexandre Herculano como historiador, principalmente, com a publicação das *Cartas sobre a História de Portugal* (1842) na *Revista Universal Lisbonense*. Nesses textos, procuramos perceber as reflexões iniciais que levaram a um projeto de maior fôlego intelectual, a *História de Portugal* (1846), publicada em um momento de emergência das nacionalidades e da formação das “consciências nacionais”. Nesse sentido, procuramos perceber como Herculano concebeu a sua história analisando sua trajetória como historiador/político em meio às graduais transformações sociais que ocorriam em Portugal à sua época. Assim, propusemo-nos pensar o Alexandre Herculano político em constante diálogo com a conjuntura daquele período, tendo como referência a sua atuação social e a sua intervenção textual no processo então em curso.

Palavras-chave: Historiografia; Alexandre Herculano; Imprensa.

Abstract: This research proposes to analyze the construction of the work of Alexandre Herculano as a historian, especially, with the publication of the *Cartas sobre a História de Portugal* (1842) in the *Revista Universal Lisbonense*. In these texts, we sought to detect the initial thoughts that led to a project with greater intellectual , the *História de Portugal* (1846), published in a moment of emergence of the nationalities and formation of the “national consciousness”. In this sense, we aimed to understand how Herculano conceived his history by analyzing his trajectory as a historian/politician in the midst of the gradual social transformations taking place in Portugal at the time. This way, we proposed to think the politician Alexandre Herculano in constant dialog with the conjuncture of the period, having as references his social action and textual intervention in the process then under way.

Keywords: Historiography; Alexandre Herculano; Press

Neste artigo propomos uma análise das cinco “Cartas sobre a história de Portugal” publicadas por Alexandre Herculano na *Revista Universal Lisbonense*², no ano de 1842, nas quais ele procurou apresentar aos seus leitores algumas hipóteses sobre a escrita da história portuguesa. Nestas cartas notamos que Herculano procurou dialogar com as *Lettres sur l’Histoire de France*, publicadas por Augustin Thierry na década de 1820. Esse historiador francês publicou, a princípio, as suas 10 cartas no jornal *Le Courrier Français* (1820) e sete anos mais tarde as reuniu em uma obra com o mesmo título, acrescentando mais 15 cartas inéditas (THIERRY, 1827: V).

Além dessas relações entre os dois historiadores, Maria Beatriz Silva assinala outra característica importante que aproxima Herculano da forma de pensar do historiador francês: “a desconfiança em relação às teorias filosóficas em história. Também Thierry se revolta contra o método chegado da Alemanha, que vê em cada fato o reflexo de uma ideia e nos acontecimentos humanos uma perpétua psicomaquia” (SILVA, 1977: 13). Essa convicção de Thierry estava baseada na crença de que o conhecimento do passado somente seria verdadeiro se o historiador soubesse colocar-se em uma posição imparcial diante das influências ideológicas, que em sua percepção referia-se às filosofias da história. Contudo, Fernando Catroga destaca que o distanciamento de Herculano das filosofias da história deve-se ao fato de que, em seu tempo, estas ainda representavam apenas especulações sobre o sentido do devir histórico, não baseado em investigações sólidas, e para Herculano “a história tinha que ser feita a partir de documentos autênticos” (CATROGA, 1998: 70). Nessa perspectiva, Catroga afirma que Herculano se opôs aos historiadores pouco críticos em relação aos testemunhos do passado e aos que limitavam-se a fazer histórias biográficas, genealógicas ou de narrações políticas e guerreiras com intenções apologéticas. Da mesma forma, ele também se distanciou dos que, na seqüência da voga das filosofias da história, ousavam apresentar sínteses com pretensões de serem definitivamente verdadeiras, sem qualquer investigação.

Das “Cartas” ao projeto historiográfico sobre a *História de Portugal*

Na primeira carta, Herculano iniciou um diálogo com o leitor procurando apresentar pelo menos três argumentos considerados por ele imprescindíveis para se pensar a história portuguesa: *história não tanto dos indivíduos como da nação, história*

que não ponha à luz do presente o que se deve ver à luz do passado e história como a caracterização de uma determinada época.

Estas Cartas se merecem a aprovação de V.V., poderão algum dia servir, no que tiverem bom, se o tiverem, de esclarecimento e notas a uma parte da História Portuguesa, como eu concebo que ela se deveria escrever – história não tanto dos indivíduos como da Nação – história que não ponha à luz do presente o que se deve ver à luz do passado – história, enfim, que ligue os elementos diversos que constituem a existência de um povo, em qualquer época, em vez de ligar um ou dois desses elementos, não com os outros que com eles coexistem, mas com os seus afins na sucessão dos tempos, grudados pelos topos cronológicos com massa de papel, feita da folhas da *Arte de Verificar as Datas* (HERCULANO,1842:317).

Entretanto, nessa carta, ele apresentou apenas uma introdução do seu pensamento sobre a necessidade de uma publicação histórica que estivesse atenta a esses problemas. Observamos que, ao longo das demais cartas, ele foi consolidando as bases dessa argumentação, ao citar, por exemplo, algumas obras contemporâneas em que destaca “enganos” ou “erros” de interpretação dos autores, como veremos mais adiante.

Assim, a primeira questão levantada por ele refere-se à origem ou ao nascimento da nação portuguesa, que somente pode ser apreendida por uma rigorosa análise e crítica documental, pois, na sua concepção, “o berço da sociedade deve ser a primeira página da sua história” (HERCULANO, 1842: 341).

Quem, examinando uma carta topográfica da península espanhola, vê esta faixa de terra chamada Portugal, estreitada entre o oceano e o vulto enorme da Espanha, sem divisões nascidas da natureza do solo, e fundadas na geografia física, que a separem naturalmente dela, e quando *depois disto sabe que por sete séculos*, com a curta interrupção de sessenta anos, os habitantes deste cantinho de mundo conservaram intacta *a sua independência e individualidade nacional*, prevê desde logo de estranho julgo, grandes virtudes e generoso esforço, e na organização social do país uma extraordinária robustez, e uma harmonia notável com as suas necessidades e índole; porque as instituições e costumes de qualquer povo são a sua psicologia, pela qual se lhe explica principalmente o curto ou o dilatado da vida (Idem, grifo nosso).

Entretanto, ele buscou também compreender a situação dos povos anteriores ao marco estabelecido por ele, ao afirmar que na Península Ibérica predominava um estado caótico, “um misto confuso e monstruoso de todas as virtudes e de todas as atrocidades” (Ibidem, 142), sendo impossível denominá-lo *civilização*. Em continuação a essa carta, na edição seguinte, Herculano inicia sua investigação sobre a origem da nacionalidade

partindo de uma questão que para ele representava uma dificuldade ainda não superada. Tratava-se da falta de uma documentação que comprovasse as negociações dinásticas sobre a separação do condado Portucalense do reino Leonês, cujo sucesso “tem sido uniformemente atribuído pelos nossos historiadores” (HERCULANO, 1842: 369) ao casamento do príncipe borgonhês D. Henrique com D. Thereza. Segundo Herculano, no fato narrado pelos historiadores, “o rei Leonês casando sua filha lhe dera em dote a terra de Portugal, que, tendo já separado da Galícia, então o foi de novo, ficando-lhe servindo de limite o Minho” (HERCULANO, 1842: 369). Contudo, para Herculano, “esta opinião que até hoje tem passado inconcussa, sendo ainda recebida por um sábio dos nossos dias, respeitável por todos os títulos, parece-me, todavia envolver dificuldades insuperáveis” (Idem). Nota-se que, ao referir-se à *opinião*, ele deixa claro que não havia nenhuma documentação que comprovasse tal negociação, sendo este um detalhe da história portuguesa a ser investigado. Para isso, ele decide buscar em tempos mais remotos, por meio das leis, as possíveis pistas nos costumes da cultura visigótica, em que descobriu que, “até a invasão dos árabes, os Godos conservaram nas Espanhas tenazmente as instituições germânicas acerca dos dotes. Pelas suas leis, contrárias ao que estatuíam as leis romanas, era o noivo quem dotava a mulher” (Ibidem).

Esta lei continuou a vigorar não só a até o tempo de Afonso VI, mas porventura até a publicação da lei das Partidas. Não havia pois na legislação de Espanha, nem nos usos nacionais, nesta parte perfeitamente acordes com ela, causa alguma para o rei Leão se lembrar de pôr em prática, no casamento de sua filha, um costume romano, provavelmente até ignorado por ele. [...] Ainda naquele século era comum por toda a Europa a instituição germânica acerca dos dotes. Em Ducange, à palavra *Dos*, se acham coligidas as disposições dos diversos códigos europeus a este respeito, bem como documentos de que os fatos não eram contrários à legislação, o que sempre é necessário examinar na história da idade média, na qual a confusão social, e a ignorância em que jaziam todas as nações, faziam que a prática das relações civis contrastasse às vezes com os preceitos legais” (HERCULANO, 1842: 369-370).

Nesse trecho, observamos que Herculano procurou explicar sua hipótese por meio de uma argumentação histórica, procurando comprová-la comparando os usos etimológicos das palavras, o conjunto de leis em comum por toda a Europa e pela noção de que os fatos podem ser comprovados pela legislação. Nesse ponto, parece que ele nos aponta a existência de uma comunhão entre os costumes europeus, não sendo possível ainda determinar o uso específico que cada “nação” fazia de suas *práticas civis*.

Por outro lado, percebemos também que, a partir dessa terceira carta, ele demonstrou a diferença na maneira de olhar para essa história, que durante séculos foi aceita e mantida pelos demais historiadores. Entretanto, em sua perspectiva de investigação histórica junto ao seu desejo de encontrar no passado uma “origem” nacional, observamos que Herculano percebeu a impossibilidade de dar continuidade ao mesmo projeto de escrita da história que se baseava na total credibilidade nas antigas crônicas. Portanto, ao questionar a *veracidade* dessas narrativas, cremos que Herculano propôs um exercício intelectual cujo objetivo foi dialogar com os historiadores contemporâneos sobre a significação da história. Além dessa questão, ele estabeleceu, também, a distinção entre dois tipos de documentos: o *fato* histórico, representado pelo conjunto de leis que garantiam o funcionamento administrativo, social e político, e o *testemunho*, caracterizado pelas narrativas consideradas por ele como interpretações dos acontecimentos passados.

Se Portugal foi dado em dote a D. Theresa com direito hereditário, segundo afirma a crônica latina do imperador Afonso Raimundez, provindo dessas circunstâncias o Governo de Henrique, como se há de supor que D. Urraca, filha mais velha e incontestavelmente legítima, não recebesse em dote também, *jure haereditario*, as terras que seu marido governou? E se foi assim, como e porque se destruiu em parte este direito, dando em dote de outra filha uma porção do que já era dote de D. Urraca, e isto sem que Raimundo se queixasse, antes fazendo pactos de concórdia e mútua aliança, como fez com o conde Henrique? (HERCULANO, 1842: 369-370).

Mais adiante, Herculano argumenta que o principal motivo que o levou a desconfiar da veracidade dos relatos deve-se ao tempo em que essa crônica foi escrita, sendo em um período próximo, mas não contemporâneo, ao reinado de Afonso VI, tendo o seu cronista ouvido “contar os sucessos daquele reinado aos que tinham presenciado”, além do que se junta a esse fato que dessa história só lhe restavam cópias incorretas e incompletas. Para Herculano, ainda que a crônica estivesse correta, seria, então, necessário investigar o sentido da palavra *dote*, que nesse caso não corresponderia à mesma significação de seu tempo.

Independente da veracidade ou não desse relato, Herculano concordou com os demais historiadores que o conde Henrique governou essas terras enquanto viveu da mesma forma que D. Theresa as governou igualmente depois de sua morte (1112), até o seu filho tomar as terras e intitular-se rei em 1128. Assim, Herculano levantou as seguintes questões: “este, finalmente, tomando o título de rei, firmou para sempre a

separação e independência de Portugal dos reinos de Leão e Castela. Como se consumou semelhante fato? Qual foi a história deste sucesso, verdadeira ou pelo menos provável?” (HERCULANO, 1842:371).

Sobre a origem deste fato tem se discursado muito, porque com a legitimidade dele quiseram legitimar a nossa independência os escritores portugueses, e com a sua ilegitimidade impugná-la os escritores castelhanos. Há um ou dois séculos tal matéria poderia ainda parecer grave à luz da política, hoje, porém, não sei eu se tocara, a semelhante luz, as raias de ridícula. Qual é a nação que não vai achar no seu berço uma violência, ou uma ilegalidade? E que tem isso com o presente? *Somos independentes porque o queremos ser*: eis a razão absoluta, cabal, incontestável, da nossa individualidade nacional. E se esta não bastasse, aí estão escritos com sangue, desde Valdevez até Montes-Claros, por toda esta nobre e livre terra de Portugal, os títulos da nossa alforria (HERCULANO, 1842: 395).

Para responder a essas perguntas, Herculano acreditou ser necessário esclarecer os motivos que concretizaram a independência do condado Portucalense em relação à Espanha, pois, segundo a sua análise, o papel desempenhado pelo filho de D. Thereza garantiu definitivamente essa separação. Ao mesmo tempo, não foram no conjunto dessas *Cartas* que Herculano explicou quais foram os motivos políticos ocorridos que proporcionaram a independência do condado, sendo este um problema que somente foi analisado posteriormente, em sua *História de Portugal* (HERCULANO, 1846).

Entretanto, nessa carta, Herculano supõe que “só resta um meio para deixar de atribuir pura e simplesmente à revolta do conde a sua independência política” (HERCULANO, 1842: 488). Esse “meio”, para ele, consiste na suposição de que, com a morte de Afonso VI, o reino deveria dividir-se entre suas filhas, já que Afonso não teria deixado herdeiros.

Tal reflexão, creio eu, não fizeram os dois condes pela muito simples razão de que não o podiam fazer; tal motivo não tiveram porque não o podiam ter. A razão do pacto, a meu ver, não foi mais que cálculo de forças: os dois condes unidos assim eram naturalmente mais fortes que qualquer outro competidor ao trono. O conde Raimundo entendeu, e entendeu bem, que valia a pena de sacrificar uma parte de território à ambição de Henrique, com a condição de cingir a coroa à Espanha. Do teor do pacto sucessório, desde que este negócio começou a ser tecido em Cluny; porque este célebre mosteiro era então o foco de todos os enredos políticos, e exercia uma influência imensa na cúria romana, sempre pronta para proteger novidades uma vez que estas lhe produzissem as célebres *benedictiones* de que tantas vezes fala a História Compostelana. E com efeito o negócio tinha assim todas as probabilidades de bom resultado, se a morte, como costuma, não viesse baralhar as combinações humanas (HERCULANO, 1842: 488).

Mais uma vez, Herculano reforçou a sua posição de que não é possível pensar a história pelas atitudes de um homem, mas por um conjunto de práticas sociais nas quais ele está inserido. Quanto ao capítulo da *História Compostelana*, trata-se de um relato escrito no século XII por padres franceses que ocupavam cargos políticos em Compostela. Essa narrativa foi severamente criticada pelo historiador espanhol Juan Francisco Masdeu, em uma obra citada muitas vezes por Herculano. Em sua opinião, Masdeu pode ser considerado um dos melhores historiadores espanhóis, mas o seu “defeito é a parcialidade desmesurada pelas coisas do seu país” (Ibidem). Essa crítica refere-se a sua extensa obra histórica, composta por 20 volumes, denominada *Historia critica de España y de la cultura española* (MASDEU, 1805). Para esse autor, a *História Compostelana* não deve ser considerada um documento verdadeiro por ter sido escrito por padres franceses que cultivavam um desprezo pela nação espanhola: “*los excesivos elogios con que honran sin verdad alguna à su nación francesa y la afectada alternativa con que ensalzan o maltratan à nuestros reyes, según fueron o no fueron de su facción galicana*” (Idem, 3). Provavelmente, foi por conta dessa presença francesa na Galícia que Herculano referiu-se às *célebres benedictiones* como um costume francês que “celebrava” os contratos políticos.

Consideramos importante a sua referência ao autor espanhol principalmente pela diferença de análises sobre a presença francesa na Península Ibérica. Enquanto Masdeu tece críticas ferrenhas à ocupação desses padres no território espanhol, bem como aos seus escritos que não favoreciam a cultura hispânica, Herculano a valoriza quando afirma que os “franceses vieram influir na Península como indivíduos e não como nação e esta influência foi mais eclesiástica do que política” (HERCULANO, 1842: 342).

Não houve uma colonização francesa nos domínios de Afonso VI, houve sim a colocação de bispos daquele país em muitas dioceses, o chamamento de muitos príncipes e cavaleiros da França aos cargos políticos e militares. Estes estrangeiros traziam as ideias e as instituições da sua terra natal, traziam às vezes a opressão, mas incorporavam-se na raça goda. Se impunham hábitos e costumes estranhos, aceitavam também muitos usos e ideias da nova pátria, os seus filhos eram inteiramente espanhóis, e este elemento adventício de povoação, em vez de contribuir para o enfraquecimento da força social, servia realmente para a fortalecer (HERCULANO, 1842: 342).

É exatamente na mesma carta que Herculano desmerece a obra de Masdeu por considerar seus escritos uma apologia à história espanhola. Entretanto, naquele tempo, conforme percebemos, a maioria dos historiadores procurou construir as suas histórias

nacionais valorizando aspectos considerados por eles únicos, originais de suas culturas. Além do mais, há outra questão: talvez a proteção de Herculano à presença francesa possa ser justificada pelo fato de que a primeira dinastia portuguesa teve origem francesa, com o casamento do príncipe borgonhês D. Henrique com D. Thereza.

Por fim, Herculano concluiu que, nas hipóteses apresentadas pelo Patriarca, não foi possível chegar a nenhuma tese eficaz sobre a origem da independência do condado, porque, em sua visão, para fazê-lo era preciso deixar de lado o foco no indivíduo e ater-se à *índole* da nação. Na sua justificativa, Herculano afirmou que todas as tentativas de apreensão da história da nação pelas biografias dos homens e dinastias é incompleta, falsa e anacrônica, porque por meio delas não é possível reconhecer sua autenticidade, ou seja, tais objetos isolados nunca poderão caracterizar qualquer época.

Todavia, para Herculano, ao deslocar o foco do indivíduo para a nação, não bastava apenas ressignificar seu objeto, mas explicar como e por que a história deveria ser escrita sobre essa base epistemológica. Nesse sentido, ele buscou comprovar sua segunda hipótese, que versava sobre a percepção de que os costumes se modificam em cada tempo histórico. Portanto, a análise da nação/povo deveria ser apreendida considerando todos os seus aspectos sociais, políticos e culturais, de modo a compreender cada fase de desenvolvimento da nação.

Sob essa lógica, ele apresentou o esforço de outro historiador, o espanhol Martinez Marina, que tentou compreender esse período pelo estudo das legislações da Idade Média aproximando-se de sua hipótese, porém Herculano considerou a sua interpretação um tanto equivocada pela não distinção dos costumes em cada tempo: “parece-me que em semelhante matéria este historiador cai num erro comum a muitos outros – o dar às expressões e fórmulas da idade média o valor absoluto e rigorosamente definido que elas têm nos tempos modernos” (HERCULANO, 1842: 474).

É preciso em todas estas averiguações não esquecer nunca um grande fato social daquela época, fato que o historiador-filósofo Martinez Marina provou irrecusavelmente, e que derruba pelos fundamentos essas explicações violentas de um acontecimento muito simples – a revolta do conde Henrique. Este acontecimento não desonra o conde, porque ele não podia ter as ideias de estreita legalidade, que nós hoje exigimos, e devemos exigir dos homens políticos. No seu tempo a força corria trivialmente paradas com o direito: era esta uma das infinitas e péssimas consequências morais da barbárie e rudeza dos tempos. Do mesmo modo nenhuma nódoa pode pôr nos fatos gloriosos da nação, essa origem menos ajustada pelas regras da jurisprudência política daquelas eras (Idem).

Ao identificar o problema dessa análise, Herculano apresentou a dificuldade desse tipo de investigação, na qual o historiador deve olhar para o passado tentando restituir as *cores locais* (CEZAR, 2004), mas tendo cuidado para não inferir significados do seu tempo. Como nesse exemplo, em que Herculano afirma que a atribuição de determinados valores do historiador Martinez Marina ao conde não pode ser considerada uma justificação de sua prática naquele tempo. Entretanto, ao considerar essa análise anacrônica, Herculano a justifica com argumentos não menos especulativos, pois, na ausência de uma documentação que comprove tal negociação, resta-lhe preencher essa lacuna com a defesa de suas ideias sobre o *grau de civilização* nesse momento.

A nação representava, para ele, um todo social não necessariamente homogêneo, mas desprovido de caracterizações que tivessem semelhanças apenas com as dinastias. Para Herculano, as divisões históricas do seu tempo tiveram uma origem considerada por ele falsa, porque estavam relacionadas apenas aos *grandes indivíduos nacionais*. Apesar de reconhecer a importância que essas histórias tiveram, principalmente ao reunir toda uma documentação, ele afirmou que “o erro, a meu ver, foi acreditar, que ficando-se aqui existia a história: erro, digo, e completo, porque nem sequer a biografia dos homens eminentes surgiu de tais averiguações” (HERCULANO, 1842: 474).

Temos a certidão do seu nascimento, batismo, casamento e morte. Se foi um guerreiro, temos a descrição das suas batalhas; se foi legislador a data e objeto das suas leis: *mas o seu caráter, a medida intelectual e moral do seu espírito, os seus hábitos e costumes não os conhecemos*. E por quê? Porque esse homem é uma abstração: está separado do seu século. As opiniões, os costumes, os usos, todos os modos, enfim de existir da época em que viveu são desconhecidos para nós, e todavia tudo isso, toda essa existência complexa de milhares de homens, a que se chama nação, devia ter uma influência imensa, absoluta naquela existência individual do homem ilustre, que o historiador acreditou poder fazer-nos conhecer com os simples estratos de quatro crônicas cosidos com bom ou mal estilo às respectivas certidões de batismo, de casamento e óbito (Idem, grifo nosso).

Na sua percepção, os aspectos que devem caracterizar uma época somente podem ser compreendidos mediante estudo minucioso das ideias, da política e dos costumes, e estes, por sua vez, devem ser analisados pela documentação existente, constituída pelas leis institucionais e eclesiásticas e pela cultura material. A noção de *causa* está muito presente nas suas justificativas, sempre relacionada à ideia de evolução dos costumes e das instituições da nação. Assim, para Herculano, o homem, como

representante de todas as épocas, “a nada pertence, nenhuma fisionomia tem; e quando nele buscamos a imagem do seu tempo, não a achamos, até porque nem a dele próprio existe” (HERCULANO, 1842: 474).

Busquemos a história da sociedade e deixemos por um pouco a dos indivíduos. Os primeiros documentos que nos caírem nas mãos destruirão essas ilusões: sentiremos a infinita diferença entre uns e outros tempos: veremos que os reis, os nobres, o clero, os cidadãos, e os camponeses de então eram reis, nobres, clero, cidadãos, e camponeses bem diversos dos atuais. Pouco bastará para nos persuadirmos de que a biografia das famílias ou dos indivíduos nunca pode caracterizar qualquer época, antes pelo contrário, a história dos costumes, das instituições, das ideias, é que há de caracterizar os indivíduos, ainda quando quisermos estudar exclusivamente a vida destes, em vez de estudar a vida do grande indivíduo moral, chamado povo ou nação (HERCULANO, 1842: 516).

Nessa perspectiva, observamos que, uma vez apresentados seus argumentos sobre como deveria ser o fazer histórico, ele procurou explicar com maior densidade seu entendimento sobre por que escrever história naquele momento. Para Catroga (1997: 76), o conhecimento histórico “não teria uma finalidade exclusivamente arquivística ou um cariz teórico, mas devia ser uma ‘ciência de aplicação’. E acredita também que “os historiadores liberais, certos da eficácia do método, acreditavam que podiam ser objetivos a ponto de colocar essa objetividade a serviço do presente e do futuro” (CATROGA, 1998: 76).

Nessa perspectiva, observamos que em sua quarta carta Herculano procurou demonstrar a “utilidade social” da história pelas transformações da sociedade, e para isso buscou dialogar com as ideias do historiador francês Augustin Thierry. Dessa maneira, expôs os argumentos de Thierry e procurou estabelecer relações com a sua tese central, cuja história da nação só teria sentido se analisada *à luz* de suas formações sociais.

Supondo (diz ele) que um estrangeiro, pessoa de juízo, que não seja hóspede na leitura dos historiadores originais da decadência do império romano, e que nunca houvesse aberto um volume moderno da nossa história; supondo, digo, que ao encontrar a primeira vez um livro destes, lhe corra o índice, e divise aí por balizas, ou antes por fundamentos da obra, a distinção das diversas raças. Que ideia quereis que faça destas raças e do pensamento do autor? Há de provavelmente crer que tal distinção corresponde à de diversas gentes, ou gaulesas ou peregrinas, cuja mistura produziu a nação francesa; e quando souber que se enganou, que são unicamente diversas famílias de príncipes, sobre as quais versa todo o sistema da nossa história, ficará sem dúvida cheio de assombro. Esta reflexão do mais célebre historiador francês da época presente, é inteiramente aplicável ao nosso país (HERCULANO, 1842: 516).

Assim, Herculano propôs uma pausa reflexiva para se pensar a significação da história quando aplicada à dimensão política das histórias nacionais. Em nenhum momento ele desprezou as formas de escrita da história das dinastias, apenas alertou o leitor para os possíveis enganos que possam acontecer quando a história de uma nação é pensada a partir da vida particular de indivíduos.

Mas semelhante trabalho é desprezível? Não por certo. Este exame miúdo, feito com consciência, tem grande aplicação, e ainda em si é importante; mas dar-nos isso com a história da nação, é salvo erro, enganar redondamente o gênero humano; *é não perceber os fins da história, a sua aplicação como ciência*; é sobretudo fazer uma coisa, a que podemos chamar novela, distinta somente daquelas a que se dá título, pelo tedioso, árido, e sem sabor da leitura, que oferece (HERCULANO, 1842: 516, grifo nosso).

Dessa forma, percebemos na sua argumentação que a escrita da história deveria atender a um objetivo específico: ser um meio e fim para se chegar a uma compreensão científica e, portanto, *verídica* da nação. Nessa sua concepção, observamos um anseio seu em introduzir uma tradição historiográfica em Portugal de cunho científica, mas que procurasse entender a história de Portugal pelo viés do político. Entretanto, antes de propor sua metodologia de análise desse *indivíduo chamado povo ou nação*, ele convidou o leitor a ler vários trechos retirados por ele de diversos documentos relativos ao primeiro período da história portuguesa. Assim, transcreveu fragmentos de crônicas escritas entre os séculos XI e XIII com a intenção de que o leitor os julgasse e “se em algum destes lhes faz suspeitar ao menos de existir nessas eras remotas alheio inteiramente das formas da sociedade presente” (Idem).

O que nos revelam eles? Que a sociedade dos séculos remotos era uma coisa absolutamente diversa da atual. [...] Qual é o resumo destes poucos fatos avulsos colhidos ao acaso entre infinitos outros igualmente alheios às ideias modernas da vida civil? É a condenação dos nossos livros de história. Em nenhum deles se percebe ao menos de leve, por entre averiguações de datas, por entre as descrições de batalhas, ou de triunfos, de noivados, e dando individualidade, gesto, e cor a esses mesmos fatos pessoais, passaram gerações com costumes, crenças, e instituições diversas, ou antes opostas em grande parte às nossas, que dessa sociedade, desses homens, na sucessão das eras e da natureza, veio a sociedade moderna, veio a geração atual; que há entre o presente e os tempos primitivos, foram necessárias grandes revoluções na índole social da nação. Todavia o grave e severo objeto da história deveria ter sido principalmente este, se o estudo do passado não é uma vaidade inútil, um comentário sem sabor do livro de linhagens, que, de caminho seja dito, é muito mais histórico (HERCULANO, 1846:518).

Com essa definição, observamos que Herculano procurou demonstrar ao leitor que os tempos, passado e presente, são completamente diferentes e que o que os difere é a forma pela a qual os grupos sociais lidavam com os costumes, crenças e instituições. A comparação entre o presente e o passado seria, para ele, um exercício de verificação de sua hipótese, sendo, assim, o tempo presente a sua principal referência de desenvolvimento sociopolítico, cuja principal conquista se deu após a consolidação da monarquia constitucional e das liberdades políticas das elites letradas. Tal como Augustin Thierry e François Guizot escreveram as histórias nacionais tendo como o marco o tempo presente, aquele considerado por eles como a referência em termos de conquistas políticas, Herculano também o fez.

Apesar de Herculano não apresentar objetivamente ao leitor seu método de trabalho, nem mesmo na *História de Portugal* ele o fará, como veremos mais adiante, percebemos que na quinta carta ele nos oferece algumas indicações sobre o seu modo de análise da história pelo viés da sociedade. Segundo Paulo Mota Oliveira, essa carta destaca-se das demais por apresentar “muitas analogias entre a sociedade e o homem físico” (NEVES, 2007: 109). Na verdade, Herculano já havia estabelecido essa relação nas cartas precedentes, porém nesta, particularmente, temos a impressão de que ele consagrou todas as suas ideias anteriores em uma reflexão de caráter historiográfico.

Nesse sentido, basta recordarmos a sua posição no início da segunda carta, ao considerar que “o berço da sociedade deve ser a primeira página da sua história”, quando procurou também demarcar os mesmos períodos que encontramos em sua análise nesta quinta carta: a Idade Média e o Renascimento que, para ele, são “grandes épocas da nossa história” (NEVES, 2007:115), pois “o caráter individual de cada uma delas e as diferenças sucessivas que de uma para outra vão aparecendo aos olhos de quem as estuda só se podem julgar e distinguir ao tratá-las especialmente” (Ibidem). Sob essa lógica, Oliveira percebe que a Idade Média ocupa um lugar central na obra de Herculano, pois “está no cerne de toda a reflexão histórica desse escritor. Essa concepção o leva a explicar as conquistas como efeito de uma atividade que a monarquia estava habituada a empregar nos seus rijos combates com a aristocracia” (NEVES, 2007:110).

Além dessa questão, Oliveira identifica também que, na construção da quinta carta, Herculano deixa transparecer a presença de uma forte dualidade entre os aspectos

positivos e negativos das transformações da sociedade liberal no seu tempo. Portanto, para Oliveira, essa carta representa um importante “testemunho do binômio esperança/desistência, chave para entendermos muito a cultura portuguesa que vai da revolução liberal de 1820 às primeiras décadas do século seguinte” (OLIVEIRA, 113).

Entretanto, essa dualidade que observa Oliveira refere-se principalmente ao conceito de *decadência da índole na nação*, expressão utilizada por Herculano quando aprofunda o estudo sobre o Renascimento português. Em seu estudo, Oliveira compara essa noção empregada por Herculano com a compreensão similar da sociedade portuguesa proposta por Antero de Quental na geração de 1870. Ambos os textos “deslocam o período da grandeza da idade média, vêem o século XVI como uma época de decadência e apontam sintonias entre o seu presente e a época medieval” (NEVES, 2007: 111).

No entanto, neste trabalho não nos deteremos na questão sobre a decadência da sociedade portuguesa analisada por Herculano nesta carta, porque o que nos interessa é justamente o modo como ele percebeu a construção da nacionalidade na Idade Média portuguesa e as suas analogias com o seu tempo. Além do mais, segundo Catroga, Herculano estudou apenas o período de formação da nacionalidade: “a sua *História de Portugal* termina no reinado de D. Afonso III e só desenvolveu uma das faces (a político-institucional)” (CATROGA, 1998: 78).

Assim, Herculano escreveu: “limitar-me-ei nestas cartas a falar do primeiro ciclo porque o julgo o mais importante, ou antes, o único importante, se considerarmos a história como ciência de aplicação” (HERCULANO apud NEVES, 2007: 120). Essa afirmativa terá uma significação especial na proposta da *História de Portugal*, na qual ele vai analisar profundamente a única questão que *realmente* tem importância para ele e que justificava também a sua tese da história como ciência de aplicação: a origem política da independência de Portugal.

Se a história não é um passatempo vão; se, como toda a ciência humana, deve ter uma *causa final objetiva*, ao contrário da arte que por si mesma é causa, meio, e fim da sua existência; se no estudo da história pátria cada povo vai buscar a razão dos seus costumes, a santidade das suas instituições, os títulos dos seus direitos; se vai lá buscar o conhecimento dos progressos da civilização nacional, as experiências lentas e custosas, que seus avós fizeram, e com as quais a sociedade se educou para chegar de frágil infância a virilidade robusta; se dessas experiências, e dos exemplos domésticos, *desejamos tirar ensino e sabedoria para o presente e futuro*; se na índole da

sociedade antiga queremos ir vigorar o sentimento da nacionalidade, que, por culpa não sei se nossa se alheia, está esmorecido e quase apagado entre nós; não é por certo naquela brilhante época que havemos de encontrar esses importantes resultados do estudo da história; porque a virilidade moral da nação portuguesa completou-se nos fins do século XV, e a sua velhice – a sua decadência como corpo social – deveria começar imediatamente (HERCULANO, 1846:121, grifo nosso).

Nesse sentido, observamos que o método empregado por Herculano consistiu em um exercício de investigação das causas pelas quais ocorreu o desenvolvimento social e político português, tendo na busca do passado a explicação do presente ou dos estágios da sua civilização. Ao supor que *na índole da sociedade antiga* estaria a *causa final objetiva para vigorar o sentimento da nacionalidade*, ele a considerou sua principal chave interpretativa para pensar e propor a *História de Portugal*. Assim, os acontecimentos, para ele, teriam a função de caracterizar uma época, mas estes só teriam sentido se comparados ao que ele denomina *índole íntima da sociedade* ou da natureza da sua organização (HERCULANO apud NEVES, 2007: 125).

Esta, por sua vez, se encontrava na Idade Média, onde estava localizado o seu principal objeto para compreender a origem da nacionalidade portuguesa e pelo qual se daria também o objetivo final da sua história. Para Herculano, somente a existência intelectual, moral, e material da Idade Média poderia “dar proveitosas lições à sociedade presente, com a qual tem muitas completas analogias. Abstraiamos da quase constante antinomia entre a vida civil da idade média, e a vida social atual, e consideramo-las ambas unicamente nas suas tendências políticas” (HERCULANO, 1846:127).

Imaginai um período em que as crenças políticas fossem convertidas em ódios implacáveis, herdados muitas vezes de pais e filhos; em que as garantias sociais estivessem muitas vezes nas leis e faltassem quase sempre nos fatos; em que cada uma das classes acusasse as outras de opressoras, iníquas, violentas, quando subjugada, e fosse iníqua, opressora e violenta apenas obtivesse o poder; em que a espada do homem de guerra resolvesse freqüentemente os problemas políticos, e em que o mesmo tempo a superioridade intelectual do indivíduo tivesse comumente mais ação nas fases da sociedade que a autoridade pública; em que se juntassem no mesmo povo, na mesma classe, e até no mesmo homem, os extremos de nobres afetos e da corrupção e maldade mais torpes. Imaginai um período com estes caracteres, e buscai-o depois na história. Onde é que o encontráis? Na idade média. Mudai agora uma palavra; chamai às classes de partidos – e essa mudança será apenas de nome, porque os partidos representam os interesses diversos das diversas classes sociais – e dizei-me a que época vos parece enquadrarem tais caracteres? Indubitavelmente a nossa (HERCULANO, 1846:128).

Com essa afirmação de Herculano, percebemos, na sua proposta historiográfica, a presença de uma clara menção ao cunho político que a história deveria representar. Não em relação a uma exposição em defesa de suas ideias políticas, mas, como observamos ao longo de sua argumentação nessas cartas, a história como missão, materializada no projeto de uma história política ao seu país.

Assim, na *Advertência* à primeira edição da *História de Portugal*, Herculano expõe aos seus leitores o seu pensamento sobre a sua primeira obra dedicada à *história*, cujo “fim é a verdade” (HERCULANO, 1846: 19) e que deverá ser julgada pela ciência. Apesar de considerarmos que essa obra representou um coroamento de todos os seus artigos publicados anteriormente na *Revista Universal Lisbonense*, Herculano esperava uma avaliação não somente do público que vinha acompanhando os seus artigos, mas especialmente dos historiadores contemporâneos: “pedirei aos homens competentes a severidade para com este escrito. É o interesse da ciência que o exige. Nas doutrinas de opinião talvez sejam lícitas as concessões: nas matérias de fatos seriam absurdas. A verdade histórica é uma” (HERCULANO, 1846: 19).

Assim, ele dirige-se a esse público e afirma que não sente necessidade de expor determinada metodologia que utilizou nessa investigação histórica por ser uma tarefa que o leitor deverá apreender ao longo de sua interpretação da obra:

Nestas linhas que lanço a frente do meu trabalho, quieriam talvez, alguns, que expusesse o plano dele, a urdidura da larga teia que encetei, a que hoje mal basta a vida de um homem, e a que provavelmente não bastará a minha. Era dizer em resumo o que o leitor há de ver e julgar no processo do livro. Pareceu-me uma inutilidade, e por isso a omiti. O tempo, como é fácil de supor, não me sobeja, para o consumir em coisas inteiramente escusadas (HERCULANO, 1846: 19).

Em seguida, Herculano afirma a importância em publicar as coleções impressas dos monumentos históricos que todos os países europeus possuem e que falta a Portugal: “documentos avulsos, derramados por obras escritas em épocas, nas quais as luzes diplomáticas quase não existiam, mal podem, às vezes, pelo errado de sua leitura e por se acharem confundidos com diplomas forjados, ser aceitos como autoridades seguras” (HERCULANO, 1846: 19). Nesse sentido, observamos o desejo de Herculano em acompanhar o rumo das pesquisas historiográficas européias, contribuindo, dessa forma, com uma obra que se baseava em métodos contemporâneos.

Embora o sentimento dos historiadores do oitocentos estivesse comprometido com o renascimento das nações por meio das construções historiográficas nacionais, havia uma preocupação neles de tornarem-se imparciais diante de suas escritas: “procurei esquecer-me de que sou português, e parece-me tê-lo alcançado. O patriotismo pode inspirar a poesia; pode aviventar o estilo, mas é o péssimo conselheiro do historiador” (HERCULANO, 1846:20).

Por fim, Herculano diz que teria sido ingrato se não agradecesse os favores do rei para com ele, que lhe permitiram dedicar-se à escrita dessa obra. Diz que os amantes das letras nem sempre saem das classes abastadas e nobres, e em Portugal principalmente o escritor mais apreciado pelo público não consegue sustentar-se do seu trabalho. Nem mesmo os políticos e os funcionários públicos, pois a estes o tempo de seus ofícios lhes consome e, portanto, não podem dedicar-se aos estudos e leituras.

Esta situação vantajosa e excepcional devo-a S. M. El Rei. Ele a criou para mim espontânea e generosamente: espontânea e generosamente me a conservou, a despeito de mais de uma procela violenta, que tem ameaçado afundar o meu débil esquife, porque sou navegante assaz rude e inábil em evitar com arte a fúria das tempestades. Se este livro não for inteiramente inútil para a glória da pátria, a S. M. mais que a mim o agradeça a nação. Digo isto com verdade e singeleza. Ele sabe, como sabem todos que me conhecem, que não costumo lisonjear os príncipes, ou, o que não é menos raro, as paixões das turbas; e que nem à popularidade entre estas, nem ao favor daqueles eu sacrificaria nunca as minhas doutrinas e convicções (HERCULANO, 1846: 26).

Para Catroga, ao publicar a *História de Portugal*, Herculano pretendia saldar a sua dívida de gratidão para com D. Fernando, que, com sua nomeação como bibliotecário da Ajuda e das Necessidades, lhe permitiu se dedicar ao estudo do passado, ao mesmo tempo em que, “com olhos postos na educação do futuro D. Pedro V, dava corpo à convicção de que a história seria a melhor conselheira da arte política” (CATROGA, 1997: 57). Entretanto, além dessa utilidade social, também observamos, ao longo do estudo detalhado dessas “Cartas”, que Herculano construiu a sua hipótese reunindo todos os elementos considerados por ele fundamentais para comprovar a sua tese, e por isso mesmo não fazia sentido justificar ao público sua *urdidura*.

Assim, para Macedo, a *História de Portugal* representou “a maturidade do meio português e o nível que os conhecimentos históricos precisavam ter para serem aceites, tanto pela cultura do seu tempo como pelas instituições responsáveis: a Academia das Ciências e a Universidade” (Idem). Para Macedo, a fundação da Academia Real das

Ciências de Lisboa (1779) pode ser considerada um marco de grande significação na cultura portuguesa, porque, sendo herdeira da Real Academia Portuguesa de História³ (1720), contribuiu no estímulo à pesquisa e catalogação de uma extensa documentação sobre a história de Portugal. (TORGAL, 1998: 32). Os pesquisadores que passaram por lá reuniram um conjunto de debates, conclusões, bem como hipóteses e técnicas de pesquisa, “sem as quais a obra de Herculano se tornaria incompreensível, tanto no plano dos materiais necessários como pela exigência crítica que implicava e pela receptividade que encontrou” (MACEDO, 1977: 16).

Quanto ao que se refere ao papel da Universidade de Coimbra, ele destaca que as obras de autores estrangeiros, como Thierry e Guizot, eram plenamente difundidas e conhecidas no meio culto português. Da mesma forma, nomes como Pascoal de Melo Freire e Coelho da Rocha já desenvolviam metodologias com base nesses e em outros autores, sendo reconhecidos por essa instituição por comprovada qualidade nas pesquisas históricas de caráter científico. Assim, a sistematização e os esquemas metodológicos empregados por Herculano faziam parte da tradição historiográfica desses autores, e Macedo afirma que a sua motivação, ao propor a *História de Portugal*, somente pode ser explicada pela existência prévia de um público interessado nessa questão.

Assim, percebemos que a obra de Herculano afinava-se completamente com as expectativas do meio acadêmico científico para o qual foi inicialmente pensada, conforme sua manifestação na advertência da *História de Portugal* de que esperava o devido julgamento desse público. No entanto, sua obra não se destinava apenas aos meios institucionais. Como observamos nos seus escritos para os jornais, Herculano foi aos poucos inaugurando um espaço de diálogo com um público diversificado sobre a história de Portugal, mesclando uma linguagem clara com o rigor científico.

Nesse sentido consideramos que Herculano teve um papel diferenciado ao “difundir” a história de Portugal na imprensa, porque, para ele, esse papel constituía a base do seu patriotismo e da sua motivação política: o *dilatar* da instrução pública e do espírito nacionalista. Embora ele esperasse a aprovação daquelas instituições para que a obra ganhasse o título de cientificidade, ele esperava, também, que ela representasse uma utilidade social para a nação portuguesa.

Nessa perspectiva, compreendemos que Herculano considerou que deveria testemunhar, perante a sociedade de sua época, esse sentido de progresso. Ao analisar as crônicas e as leis antigas, ao traçar analogias com o seu tempo, seria possível diagnosticar as causas gerais do que poderia vir a ocorrer com a nação portuguesa. Por isso, para ele, foi necessário conhecer as tradições, os costumes e as instituições de sua cultura; entretanto, ele considerou, também, que essa deveria ser a atitude de todos os seus concidadãos. Sob essa lógica, sentiu a necessidade de “dilatara” a história da nação nas páginas dos jornais em que escreveu, devendo tal sentimento ser compartilhado por todos os portugueses em direção ao processo em curso da regeneração do país.

Nesse sentido, consideramos que com a publicação da *História de Portugal* Herculano lançou novos problemas não somente em relação à história, mas também à realidade social e política portuguesa, já que esta obra pode ser considerada a consagração de todos os seus escritos e neles já existia um germinar do político.

Referências

1) Fontes

HERCULANO, Alexandre. Carta 1ª sobre a História de Portugal. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, p.316-317, 1 de abril de 1842.

_____. Carta 2ª sobre a História de Portugal. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, p.341-343, 21 de abril de 1842.

_____. Carta 3ª – Separação de Portugal do Reino de Leão. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, p.369-371, 5 de maio de 1842.

_____. Carta 3ª – Separação de Portugal do Reino de Leão. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, p.393-395, 19 de maio de 1842.

_____. Carta 3ª – Separação de Portugal do Reino de Leão. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, p.437-439, 16 de junho de 1842.

_____. Carta 3ª – Separação de Portugal do Reino de Leão, *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, p.472-474, 7 de julho de 1842.

_____. Carta 4ª – Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da História, *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, p.506-507, 28 de julho de 1842.

_____. Carta 4ª – Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da História, *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, p.516-518, 4 de agosto de 1842.

1.1) Bibliografia

HERCULANO, Alexandre. Carta 5ª – ciclos ou grandes divisões históricas – Idade Média e Renascimento – preferências da Idade Média. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. Literatura, história e política em Portugal (1820-1856). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. História de Portugal: Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III. 8ª ed, 1875.

THIERRY, Augustin. *Lettres sur l'histoire de France. Pour servir d'introduction a l'étude de cette histoire*. Paris: Ponthieu et Compagnie/Palais-Royal/Sautelet et Compagnie/Place de la Bourse, 1827.

2) Obras completas

ARAÚJO, Valdei Lopes...[et.al.] *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MASDEU, Juan Francisco. Historia compostelana. In: Historia critica de España, y de la cultura española: España restauradora. Madri: Imprenta de Sancha, 1805. t. XX, livro I.

_____. De la historia compostelana, articulo I – los historiadores compostelanos escribieron con pasion.

MATTOSO, José (Dir.). História de Portugal: o liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1997. v. 5.

MACEDO, Jorge Borges de. Alexandre Herculano – polémica e mensagem. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et al. Literatura, história e política em Portugal (1829-1856). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

RIBEIRO, João Pedro. Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1810.

ROSANVALLON, Pierre. Le moment Guizot. Paris: Gallimard, 1985.

_____. Por uma história do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Alexandre Herculano historiador. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando (Orgs.). História da história em Portugal (séculos XIX-XX). Lisboa: Temas e Debates, 1998.

3) Artigos

CEZAR, Temístocles. Narrativas, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. História Unisinos, Dossiê Teoria e Metodologia da História, São Leopoldo, RS, v. 8, n. 10, p. 11-34, jul./dez. 2004.

4) Endereço eletrônico

Hemeroteca Digital de Lisboa

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama.html>

Notas

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). A pesquisa foi financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

² Entre os meses de abril e novembro de 1842, Herculano publicou as cinco “Cartas sobre a história de Portugal” na *Revista Universal Lisbonense*, publicada pela Tipografia Lusitana. Todas as edições estão disponibilizadas no endereço da *Hemeroteca Digital* da rede de *Bibliotecas Municipais de Lisboa*. A primeira edição dessa revista foi publicada em 1^o de outubro de 1841. As edições eram semanais, saíam às quintas-feiras e eram vendidas por assinaturas em livrarias e/ou na redação. Em seu primeiro número, o redator comunica aos leitores: “A redação da *Revista Universal* aceita, agradece, e publica qualquer notícia fidedigna e interessante, que lhe seja enviada, mormente as de que possa resultar crédito, instrução, ou outro qualquer aproveitamento para Portugueses.”

³ A Academia Real das Ciências, para Torgal, é marcada pelo novo espírito científico do iluminismo. Juntava-se à sua volta uma aristocracia culta, provinda da nobreza, do clero, mas também do setor burguês, não apenas das ciências jurídicas, mas da medicina e da nova área de formação científica universitária, isto é, da filosofia e da matemática.